



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
MATO GROSSO DO SUL

00200.057 267/2019 - 69
02-01-02-10
(2/10/19)
Palácio Guaicurus
Avenida Desembargador José Nunes da Cunha
Jardim Veraneio – Parque dos Poderes – Bloco 9
Campo Grande / MS – CEP: 79031-901
Tel.: (67)3389.6565 – CNPJ: 03.979.390/0001-81
www.al.ms.leg.br

Ofício/P nº 0361/19

Campo Grande, 10 de abril de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal
Senado Federal - Praça dos Três Poderes
70165-900 – Brasília - DF

Junte-se ao processado do
PLC
nº 139, de 2018.

Em 11/11

J. Furtado

Assunto: **Indicação**

Senhor Presidente,

Com cordiais cumprimentos, encaminha-se a Vossa Excelência cópia da indicação de autoria do ilustre Deputado Neno Razuk, protocolo n. 1235/19, aprovada em sessão ordinária do dia 9 de abril de 2019.

Atenciosamente,

[Assinatura]
Deputado Paulo Corrêa
Presidente





Protocolo: 1235/19

Processo:

Projeto:

Data Leitura: 04/04/19

Data Arquivo:

Ass. Protocolo:

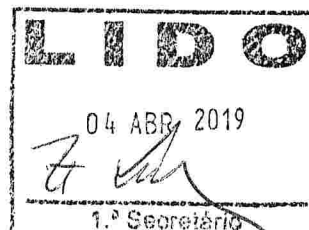
Tipo:

Indicação

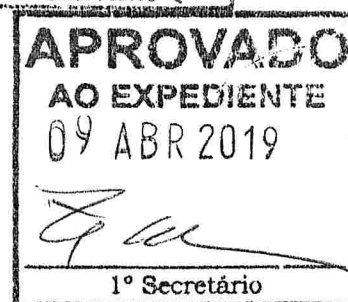
Autor:

Deputado Neno Razuk

Solicito à Mesa Diretora, nos termos regimentais, após ouvido o Colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste poder ao Exmo. Sr. **DAVI ALCOLUMBRE**, Presidente do Senado Federal da República, com cópias aos Excelentíssimos Senadores da República, representantes do Estado de Mato Grosso do Sul, Exma. Sra. **SORAYA THRONICKE**, Exmo. Sr. **NELSINHO TRAD** e Exma. Sra. **SIMONE TEBET**, solicitando o apoio e apreciação do projeto de lei 6.575/2016, da Câmara dos Deputados, pela relevância e nobreza que trata, pois o projeto visa **tornar obrigatória a coleta de dados e informações sobre o autismo nos censos demográficos realizados pelo IBGE**, sendo possível, através dessas informações, a realização de uma efetiva política pública em prol das pessoas com transtorno do espectro autista.



Plenário Deputado Júlio Maia, 04 de abril de 2019.



21/04/19
NENO RAZUK
Deputado Estadual
2º vice - Presidente ALMS





JUSTIFICATIVA

Quando se trata do Transtorno do Espectro Autista (TEA), os dados são sempre baseados em estimativas, como prevê a Organização Mundial e Saúde (OMS) que, atualmente, 70 milhões de pessoas no mundo todo possuem algum tipo de autismo, relata ainda que, no Brasil, esse número está em torno de 2 milhões de pessoas que possuem o TEA.

Primeiramente, cumpre salientar que **dados científicos são fundamentais para uma efetiva realização de políticas públicas**. Todo e qualquer trabalho político em prol da sociedade, visa atender demandas que prezam, principalmente, pela dignidade da pessoa humana e bem estar social. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu art. 10 dispõe que: "Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida."

Os deficientes físicos ou mentais conquistaram muitos direitos ao longo dos anos, como exemplo, foi aprovada a Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que garantiu a eles o reconhecimento do autismo como deficiência para todos os efeitos legais, porém ainda estamos longe de lhes garantir perfeitas condições de tratamentos de saúde, educação, lazer, acessibilidade, dentre outros direitos.

Toda e qualquer ação necessita de um ponto inicial para elaboração de plano e uma efetiva execução. Não seria diferente com o Poder Legislativo, que vem buscando ampliar e garantir melhorias e direitos aos deficientes, porém, a **realização de políticas públicas eficazes está diretamente ligada ao conhecimento acerca de dados estatísticos e científicos sobre o assunto pelo qual se pretende legislar**.

Desde 2016, a Câmara dos Deputados, através de projeto proposto pela Deputada Federal Carmen Zanotto, vem lutando para que seja obrigatória a coleta de dados e informações sobre o autismo nos censos demográficos realizados pelo IBGE, para que a partir daí sejam adotadas medidas de assistência aos autistas. Diante disso, ressalte-se a importância da apreciação e votação, com urgência, da referida lei, a fim de aprová-la, observada a legislação vigente no ordenamento jurídico atual, garantido mais direitos e benefícios às pessoas portadoras do TEA. Para isso, se faz importante o apoio dos nobres Senadores, pois projeto de lei supracitado já foi devidamente aprovado pela Câmara dos Deputados, onde foi inicialmente proposto e, como de praxe, já encaminhado ao Senado Federal para que assim seja revisado e aprovado, se assim entenderem nossos nobres Senadores., pois não é demasiado ressaltar a importância de ações em prol das pessoas portadoras do TEA (Transtorno do Espectro do Autismo), a fim de lhes garantir o necessário para que possam viver da melhor maneira possível.

